A economia como processo instituído[1]

Nosso principal objetivo neste capítulo é determinar o significado que se pode atribuir ao termo "econômico", com coerência, em todas as ciências sociais.

Todas as tentativas desse tipo começam por reconhecer o fato de que, ao nos referirmos às atividades humanas, o termo *econômico* é um composto de dois sentidos que têm raízes independentes. Vamos chamá-los de significado substantivo e significado formal.

O significado substantivo de *econômico* decorre da dependência que o ser humano tem da natureza e dos semelhantes para sobreviver. Refere-se ao seu intercâmbio com o meio natural e social, na medida em que isso resulta em lhe fornecer os meios para satisfazer suas necessidades materiais.

O significado formal de *econômico* deriva do caráter lógico da relação meios/fins, como se evidencia em palavras como "econômico" [no sentido de frugal, parcimonioso] ou "economizador". Refere-se a uma situação definida de escolha, ou seja, a escolha que se faz entre os diferentes usos dos recursos, induzida por uma insuficiência desses mesmos recursos. Se chamarmos as normas que regem a escolha dos recursos de lógica da ação racional, pode-

---

[1] Do capítulo 13, "The Economy as Instituted Process", p. 243-270, de Karl Polanyi, Conrad M. Arensberg e Harry W. Pearson (orgs.), *Trade and Market in the Early Empires.* Glencoe, Illinois: The Free Press, 1957. [Polanyi condensou neste único capítulo todas as categorias conceituais importantes que concebeu para analisar as economias que não são de mercado: os dois sentidos de "econômico"; reciprocidade, redistribuição e troca (de mercado); formas de comércio (exterior), usos do dinheiro e mercados; recursos operacionais etc. Trata-se, portanto, de um ensaio denso e difícil, no qual fiz inserções editoriais com mais frequência que em outros textos. A Introdução deste volume foi escrita com toda a sua extensão para esclarecer alguns dos importantes conceitos analíticos aqui mencionados. Ver também George Dalton, "Economic Theory and Primitive Society", *American Anthropologist,* fevereiro de 1961; "Traditional Production in Primitive African Economies", *The Quarterly Journal of Economics,* agosto de 1962; "Primitive Money", *American Anthropologist,* fevereiro de 1965. N.E.]

remos denotar essa variante da lógica com um termo improvisado: economia formal.

Os dois sentidos radicais de *econômico*, o substantivo e o formal, nada têm em comum. O primeiro decorre da realidade; o segundo, da lógica. O significado formal implica um conjunto de regras que se referem à escolha entre usos alternativos de recursos insuficientes. O significado substantivo não implica escolha nem insuficiência de recursos; a subsistência humana pode envolver ou não a necessidade de escolha e, quando há escolha, ela não precisa ser induzida pelo efeito limitante de uma "escassez" dos meios; aliás, algumas das mais importantes condições físicas e sociais de subsistência, como a disponibilidade de ar e de água, ou a dedicação de uma mãe amorosa a seu filho pequeno, em geral não são tão limitantes. A persuasividade que entra em ação num caso e no outro difere tanto quanto a força do silogismo difere da força da gravidade. As leis de um são da mente; as do outro, da natureza. Os dois significados não poderiam ser mais distantes; em termos semânticos, encontram-se em extremos opostos.

Só o significado substantivo de *econômico* é capaz de gerar os conceitos exigidos pelas ciências sociais, tendo em vista uma investigação de todas as economias empíricas do passado e do presente. O quadro de referência geral que nos empenhamos em construir requer, portanto, que o assunto em exame seja tratado em termos substantivos. O obstáculo imediato a nosso avanço, como vimos, reside no conceito de *econômico*, em que os dois sentidos, o substantivo e o formal, são ingenuamente agregados. Essa fusão de significados é irrepreensível, é claro, desde que permaneçamos conscientes de seus efeitos restritivos. Mas o conceito atual de *econômico* funde os sentidos de "subsistência" e "escassez" que há no termo, sem que haja uma consciência suficiente dos riscos inerentes a essa fusão para a clareza de pensamento.

Essa combinação de termos surgiu de circunstâncias imprevistas no plano da lógica. Os dois últimos séculos produziram, na Europa Ocidental e na América do Norte, uma organização da

subsistência humana à qual, por acaso, as regras da escolha revelaram-se singularmente aplicáveis. Essa forma da economia consistiu num sistema de mercados formadores de preços. Visto que os atos de troca, tal como praticados nesse sistema, envolvem os participantes em escolhas induzidas por uma insuficiência de recursos, o sistema pôde ser reduzido a um padrão que se prestava à aplicação de métodos baseados no significado formal de *econômico*. Desde que a economia fosse controlada por tal sistema, os significados formal e substantivo coincidiriam na prática. Os leigos aceitaram esse conceito compósito como um dado corriqueiro; autores como Marshall, Pareto ou Durkheim aderiram igualmente a ele. Apenas Menger, em sua obra póstuma, criticou o termo, mas nem ele nem Max Weber, nem Talcott Parsons depois deste, captaram a importância da distinção para a análise sociológica. Com efeito, não parecia haver nenhuma razão válida para distinguir entre dois sentidos originários de um termo que, como dissemos, estavam fadados a coincidir na prática (quando aplicados à nossa economia).

Portanto, embora fosse puro pedantismo diferenciar os dois sentidos de *econômico* no linguajar comum, sua fusão no mesmo conceito revelou-se um veneno para uma metodologia precisa nas ciências sociais. A economia constituiu uma exceção, naturalmente, já que, no sistema de mercado, era fatal que esse termo fosse bastante realista. Mas o antropólogo, o sociólogo ou o historiador, cada qual em seu estudo do lugar ocupado pela economia na sociedade humana, deparavam com uma enorme variedade de outras instituições que não os mercados, nas quais se enraizava a subsistência do homem. Os problemas de seu estudo não podiam ser atacados com a ajuda de um método analítico concebido para uma forma especial da economia que dependia da presença de elementos específicos de mercado.[2]

[2] O emprego acrítico do conceito compósito fomentou o que bem poderíamos chamar de "falácia economicista". Ela consistiu na identificação artificial da economia com sua forma de mercado. De Hume e Spencer até Frank H. Knight e Northrop, o pensamen-

Isso resume a sequência aproximada da argumentação.

Começaremos por um exame mais detido dos conceitos derivados dos dois sentidos de *econômico*, partindo do formal e prosseguindo para o significado substantivo. Deverá então ser possível descrever as economias empíricas — tanto primitivas quanto arcaicas — de acordo com a maneira pela qual se institui o processo econômico. Três instituições, comércio, dinheiro e mercado, proporcionarão um exemplo paradigmático. Elas foram anteriormente definidas apenas em termos formais, impedindo-se, assim, qualquer outra abordagem que não a do mercado. Por isso seu exame em termos substantivos deverá aproximar-nos mais do desejado quadro de referência universal.

Os significados formal e substantivo de "econômico"

Examinemos os conceitos formais, partindo da maneira como a lógica da ação racional produz a economia formal e esta, por sua vez, dá origem à análise econômica.

Definimos aqui ação racional como uma escolha de meios em relação aos fins. Os meios são qualquer coisa apropriada para atingir um fim, seja em virtude das leis da natureza, seja em virtude das regras do jogo. *Portanto, "racional" não se refere aos fins nem aos meios, mas à relação dos meios com os fins.* Não se presume, por exemplo, que seja mais racional querer viver do que querer morrer, ou que, no primeiro caso, seja mais racional buscar uma vida longa por meio da ciência que da superstição. Seja qual for o fim, é racional escolher os meios em consonância com ele; quanto aos meios, não seria racional agir com base em nenhum outro teste senão aquele em que se confia. Logo, é racional que o suicida es-

---

to social sofreu com essa limitação, toda vez que tocava na economia. O ensaio de Lionel Robbins intitulado *The Nature and Significance of Economic Science* [A natureza e a importância da ciência econômica] (1932), apesar de útil para os economistas, distorceu fatalmente esse problema. No campo da antropologia, um trabalho recente de Melville Herskovits, *Economic Anthropology* [Antropologia econômica] (1952), representa uma recaída, após seu esforço pioneiro de 1940, *The Economic Life of Primitive Peoples* [A vida econômica dos povos primitivos].

colha meios que acarretem sua morte, e, se ele for adepto da magia negra, que procure um feiticeiro para atingir esse objetivo.

A lógica da ação racional, portanto, aplica-se a todos os meios e fins concebíveis, abarcando uma variedade quase infinita de interesses humanos. No jogo de xadrez ou na tecnologia, na vida religiosa ou na filosofia, os fins podem ir de questões corriqueiras até as mais profundas e complexas. Similarmente, no campo da economia, no qual os fins podem ir da saciação momentânea da sede à chegada a uma robusta idade avançada, os meios correspondentes abrangem um copo de água e a confiança conjunta na solicitude filial e na vida ao ar livre, respectivamente.

Supondo-se que a escolha seja induzida por uma insuficiência de meios, a ação lógica ou racional transforma-se naquela variante da teoria da escolha que chamamos de economia formal. Ela continua sem relação lógica com o conceito de economia humana, mas está um passo mais perto dele. A economia formal, como dissemos, refere-se a uma situação de escolha que brota da insuficiência de recursos. Esse é o chamado postulado da escassez. Ele requer, primeiro, uma insuficiência de meios, segundo, que a escolha seja induzida por essa insuficiência. A insuficiência de meios em relação aos fins é determinada com a ajuda da simples operação de "destinação" ou "reserva", que demonstra se existe ou não o suficiente de algo. Para que a insuficiência induza a escolha, deve haver mais de um uso para os meios, bem como fins escalonados, isto é, pelo menos dois objetivos ordenados numa sequência de preferências. Essas duas condições são factuais. É irrelevante se a razão pela qual os meios podem ser usados de determinada maneira é convencional ou tecnológica; o mesmo se aplica ao escalonamento dos fins.

Havendo assim definido escolha, insuficiência e escassez em termos operacionais, é fácil perceber que, tal como existe escolha de meios sem insuficiência, existe insuficiência de meios sem escolha. A escolha pode ser induzida por uma preferência pelo certo em vez do errado (escolha moral), ou por uma encruzilhada em

que dois ou mais caminhos porventura levam ao nosso destino, possuindo vantagens e desvantagens idênticas (escolha operacionalmente induzida). Num caso ou noutro, a abundância de meios, longe de reduzir as dificuldades da escolha, mais faria aumentá-las. É claro que a escassez pode ou não estar presente em quase todos os campos da ação racional. Nem toda filosofia é pura criatividade imaginativa: também pode ser uma questão de economizar nas suposições. Ou, voltando à esfera da subsistência humana, em algumas civilizações, as situações de escassez parecem ser excepcionais, e em outras, dolorosamente generalizadas. Em qualquer dos casos, a presença ou ausência da escassez é uma questão de fato, quer a insuficiência se deva à natureza ou à lei.

Por último, porém não menos importante, a análise econômica. Essa disciplina resulta da aplicação da economia formal a uma economia de tipo definido, qual seja, um sistema de mercado. Nesse caso, a economia encarna-se em instituições que fazem com que as escolhas individuais deem origem a movimentos interdependentes que constituem o processo econômico. Isso é alcançado mediante a generalização dos mercados formadores de preços. Todos os bens e serviços, inclusive o uso do trabalho, da terra e do capital, estão disponíveis para compra nos mercados e, por conseguinte, têm um preço; todas as formas de renda decorrem da venda de bens e serviços — salários, renda e juros, respectivamente, que aparecem como diferentes exemplos de preços, conforme os artigos vendidos. A introdução geral do poder de compra como meio de aquisição converte o processo de satisfazer os requisitos numa alocação de recursos insuficientes que podem ter usos alternativos, ou seja, de dinheiro. Decorre daí que tanto as condições de escolha quanto suas consequências são quantificáveis na forma dos preços. Podemos afirmar que, ao se concentrar no preço como o dado econômico por excelência, o método formal de abordagem oferece uma descrição completa da economia, tal como determinada pelas escolhas induzidas por uma insuficiência de recursos.

Os instrumentos conceituais pelos quais isso é feito compõem a disciplina da análise econômica.

Decorrem daí os limites dentro dos quais a análise econômica pode revelar-se eficaz como método. O uso do significado formal faz da economia uma sequência de atos de economizar, isto é, de escolhas induzidas por situações de escassez. Embora as normas que regem esses atos sejam universais, a extensão em que as regras são *aplicáveis* a uma dada economia depende de essa economia ser ou não, de fato, uma sequência de tais atos. Para produzir resultados quantitativos, os movimentos de localização ou de apropriação, nos quais consiste o processo econômico, devem apresentar-se aqui como funções de atos sociais relacionados com os meios insuficientes e orientados com base nos preços resultantes. Essa situação só prevalece nos sistemas de mercado.

A relação entre a economia formal e a economia humana é contingente. Fora de um sistema de mercados formadores de preços, a análise econômica perde a maior parte de sua importância como método de investigação do funcionamento da economia. Uma economia de planejamento central, que dependa de preços não formados no mercado, é um exemplo bem conhecido.

A fonte do conceito substantivo é a economia empírica. Ela pode ser definida em termos sucintos (se bem que de forma não muito atraente) como um processo instituído de interação entre o homem e seu meio que resulta num suprimento contínuo de meios que satisfazem necessidades materiais. A satisfação das necessidades é "material" quando envolve o uso de meios materiais para satisfazer os fins; no caso de um tipo definido de carências fisiológicas, como as de alimento ou de abrigo, isso inclui somente o uso dos chamados serviços.

A economia, portanto, é um processo instituído. Dois conceitos se destacam: o de "processo" e o da maneira como ele é "instituído". Vejamos de que modo eles contribuem para o nosso quadro de referência.

Processo sugere uma análise em termos de movimento. Os movimentos referem-se a mudanças de localização ou de apropriação, ou ambas. Em outras palavras, os elementos materiais podem alterar sua posição, quer mudando de lugar, quer mudando de "mãos", e essas mudanças de posição, muito diferentes noutros aspectos, podem ou não ocorrer juntas. Em conjunto, podemos dizer que esses dois tipos de movimentos esgotam as possibilidades abarcadas no processo econômico como um fenômeno natural e social.

Os movimentos de localização incluem a produção e o transporte, para os quais o deslocamento espacial dos objetos é igualmente essencial. Os bens são de ordem inferior ou superior, de acordo com sua utilidade do ponto de vista do consumidor. Essa famosa "ordem dos bens" coloca os bens de consumo contra os bens de produção, conforme eles satisfaçam as necessidades diretamente ou só indiretamente, por meio de uma combinação com outros bens. Esse tipo de movimentação dos elementos representa um aspecto essencial da economia no sentido substantivo do termo, ou seja, a produção.

O movimento apropriativo rege aquilo a que costumamos nos referir como circulação de bens e sua administração. No primeiro caso, esse movimento resulta de transações; no segundo, de disposições. Por conseguinte, a transação é um movimento apropriativo entre mãos, enquanto a disposição é um ato unilateral da mão ao qual, por força do costume ou da lei, ligam-se efeitos apropriativos definidos. O termo "mão" serve aqui para denotar órgãos e agências públicos, bem como pessoas ou empresas privadas, sendo a diferença entre eles sobretudo uma questão da organização interna. Entretanto, convém notar que, no século XIX, as mãos privadas eram comumente associadas às transações, enquanto as mãos públicas habitualmente ficavam com as disposições.

Nessa escolha de termos estão implicadas várias outras definições. As atividades sociais, na medida em que fazem parte do processo, podem ser chamadas de econômicas; as instituições são

assim chamadas na medida em que contêm uma concentração dessas atividades; qualquer componente do processo pode ser visto como um elemento econômico. Esses elementos podem ser convenientemente agrupados como ecológicos, tecnológicos ou sociais, conforme pertençam primordialmente ao meio ambiente natural, ao equipamento mecânico ou ao contexto humano. Assim, uma série de conceitos, antigos e novos, soma-se ao nosso quadro de referência, em virtude do aspecto processual da economia.

No entanto, reduzido a uma interação mecânica, biológica e psicológica dos elementos, esse processo econômico não possuiria uma realidade abrangente. Conteria não mais que o esqueleto dos processos de produção e transporte, bem como das mudanças de apropriação. Na falta de qualquer indicação das condições sociais de que brotariam as motivações dos indivíduos, haveria pouco ou nada para sustentar a interdependência dos movimentos e sua recorrência, das quais dependem a unidade e a estabilidade do processo. Os elementos interagentes da natureza e da humanidade não formariam uma unidade coerente nem, a rigor, uma entidade estrutural que se pudesse dizer dotada de uma função na sociedade ou uma história. Faltariam ao processo justamente as qualidades que fazem a reflexão do dia a dia e o saber erudito voltarem-se para as questões da subsistência humana como um campo de eminente interesse prático, bem como de dignidade teórica e moral.

Daí a importância transcendente da faceta institucional da economia. O que ocorre no nível processual entre o homem e o solo, na capinação de um pedaço de terra, ou o que ocorre na esteira rolante na montagem de um automóvel, é, à primeira vista, um simples vaivém de movimentos humanos e não humanos. Do ponto de vista institucional, é um mero referente de termos como trabalho e capital, ofício e sindicato, indolência e aceleração da atividade, disseminação dos riscos e as outras unidades semânticas do contexto social. A escolha entre capitalismo e socialismo, por exemplo, refere-se a duas maneiras diferentes de inserir a tecnologia moderna no processo de produção. No nível político, do mes-

mo modo, a industrialização de países subdesenvolvidos envolve, por um lado, técnicas alternativas e, por outro, métodos alternativos de inseri-las. Nossa distinção conceitual é vital para qualquer compreensão da interdependência da tecnologia e das instituições, bem como de sua relativa independência.

A instituição do processo econômico dota esse processo de unidade e estabilidade; produz uma estrutura com uma função definida na sociedade; desloca o lugar da economia na sociedade, com isso acrescentando importância a sua história; centraliza o interesse nos valores, nas motivações e nas medidas políticas. Unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política explicitam operacionalmente o teor de nossa assertiva de que a economia humana é um processo instituído.

A economia humana se enraíza em instituições econômicas e não econômicas e se entrelaça com elas. A inclusão do não econômico é vital, pois a religião ou o governo podem ser tão importantes para a estrutura e o funcionamento da economia quanto as instituições monetárias ou a disponibilidade dos próprios instrumentos e máquinas que aliviam o fardo do trabalho.

O estudo do lugar mutável ocupado pela economia na sociedade, por conseguinte, não é outro senão o estudo da maneira pela qual o processo econômico será instituído em diferentes épocas e lugares.

Isso requer uma caixa de ferramentas especial.

Reciprocidade, redistribuição e troca [mercantil][3]

O estudo de como são instituídas as economias empíricas deve partir da maneira pela qual a economia adquire unidade e estabilidade, ou seja, da interdependência e da recorrência de suas partes. Isso é alcançado pela combinação de um número muito pequeno de padrões, que podem ser chamados formas de integração.

[3] Ao longo de todo o texto, o que Polanyi quer dizer com "troca" é a troca mercantil. [N.E.]

Como eles ocorrem lado a lado, em diferentes níveis e em diferentes setores da economia, muitas vezes é impossível selecionar um deles como dominante, para que se possa usá-los numa classificação das economias empíricas em geral. Todavia, por fazerem uma diferenciação entre setores e níveis da economia, essas formas proporcionam um meio para se descrever o processo econômico em termos relativamente simples, com isso introduzindo certa ordem em suas variações intermináveis.

Empiricamente, constatamos que os padrões principais são a reciprocidade, a redistribuição e a troca. A reciprocidade diz respeito a movimentos entre pontos correlatos de grupos simétricos; a redistribuição designa movimentos de apropriação em direção a um centro e partindo dele; a troca refere-se, aqui, a movimentos mútuos que ocorrem entre "mãos" num sistema de mercado. Portanto, a reciprocidade pressupõe como pano de fundo grupos simetricamente dispostos; a redistribuição depende da presença de certa medida de centralidade no grupo; a troca, para produzir integração, requer um sistema de mercados formadores de preços. É evidente que os diferentes padrões de integração exigem claros respaldos institucionais.

Neste ponto, um pequeno esclarecimento talvez seja bem-vindo. Os termos *reciprocidade*, *redistribuição* e *troca*, com os quais nos referimos às formas de integração, são empregados com frequência para denotar inter-relações pessoais. Numa visão superficial, portanto, as formas de integração pareceriam meramente refletir agregados das respectivas formas de comportamento individual: se a mutualidade entre os indivíduos fosse frequente, emergiria uma integração recíproca; quando o compartilhamento entre os indivíduos fosse comum, estaria presente uma integração redistributiva; similarmente, os atos frequentes de permuta entre indivíduos resultariam na troca como forma de integração. Se assim fosse, nossos padrões de integração realmente não seriam mais do que simples agregados de formas correspondentes de comportamento no nível pessoal. Houve, decerto, uma insistência

nossa em que o efeito integrador era condicionado pela presença de arranjos institucionais claros, como organizações simétricas, pontos centrais e sistemas de mercado, respectivamente. Porém, tais arranjos parecem representar um mero agregado dos mesmos padrões pessoais cujos eventuais efeitos eles supostamente condicionam.

Eis o dado significativo: os meros agregados das condutas pessoais não produzem, por si sós, essas estruturas. O comportamento de reciprocidade entre indivíduos só integra a economia quando há estruturas simetricamente organizadas, como um sistema simétrico de grupos de parentesco. *Todavia, um sistema de parentesco nunca surge como resultado do mero comportamento de reciprocidade no nível pessoal.* O mesmo se dá com respeito à redistribuição. Ela pressupõe a presença de um centro de alocação na comunidade, mas a organização e a validação desse centro não surgem como mera consequência de atos frequentes de compartilhamento entre indivíduos. Por fim, o mesmo se aplica ao sistema de mercado. Os atos de troca no plano pessoal só produzem preços quando ocorrem num sistema de mercados formadores de preços, um arranjo institucional que nunca surge de simples atos aleatórios de troca.

Não queremos dizer, é claro, que esses padrões de sustentação sejam resultantes de forças misteriosas que atuem fora do âmbito do comportamento pessoal ou individual. Mas insistimos em que, se num dado caso, os efeitos sociais da conduta individual dependem da presença de condições institucionais definidas, nem por isso tais condições resultam do comportamento pessoal em questão. Superficialmente, o padrão de apoio pode *parecer* resultar do acúmulo de um tipo correspondente de comportamentos pessoais, mas os elementos vitais de organização e validação provêm, necessariamente, da contribuição de um tipo totalmente diferente de conduta.

Ao que saibamos, o primeiro autor a detectar uma ligação factual entre o comportamento de reciprocidade no nível interpes-

soal, de um lado, e os grupos simétricos, de outro, foi o antropólogo Richard Thurnwald, em 1915, num estudo empírico sobre o sistema matrimonial dos bánaros da Nova Guiné. Bronislaw Malinowski, uns dez anos depois, referindo-se a Thurnwald, previu que se constataria que a reciprocidade socialmente relevante apoiava-se em formas simétricas de organização social básica. Sua própria descrição do sistema de parentesco das ilhas Trobriand e do comércio *kula* corroborou essa posição. Tal orientação foi seguida por esse autor, ao ver a simetria como apenas *um* dentre diversos padrões de apoio. Ele acrescentou então a redistribuição e a troca à reciprocidade, como outras formas de integração; similarmente, acrescentou a centralidade e o mercado à simetria, como outros exemplos de respaldo institucional. Daí as nossas formas de integração e padrões estruturais de apoio.

Isso deve ajudar a explicar por que, na esfera econômica, é tão frequente o comportamento interpessoal não ter os efeitos sociais esperados, na ausência de precondições institucionais definidas. Só num ambiente simetricamente organizado é que o comportamento de reciprocidade resulta em instituições econômicas de peso; só quando se instalaram centros de alocação é que os atos individuais de compartilhamento podem produzir uma economia redistributiva; e só na presença de um sistema de mercados formadores de preço é que os atos de troca dos indivíduos resultam em preços flutuantes que integram a economia. De outro modo, tais atos de permuta permanecem ineficazes e, com isso, tendem a não ocorrer. Entretanto, ainda que aconteçam de maneira aleatória, instaura-se uma violenta reação emocional, como a que se dá contra atos obscenos ou atos de traição, pois o comportamento comercial nunca é emocionalmente indiferente e, portanto, não é tolerado pela opinião pública fora dos canais aprovados.

Voltemos agora a nossas formas de integração.

Um grupo que se dedicasse propositalmente a organizar suas relações econômicas com base na reciprocidade teria, para realizar seu propósito, que se dividir em subgrupos cujos membros corres-

pondentes pudessem identificar uns aos outros como tais. Assim, os membros do grupo A ficariam aptos a estabelecer relações de reciprocidade com seus equivalentes do grupo B, e vice-versa. Mas a simetria não se restringe à dualidade. Três, quatro ou mais grupos podem ser simétricos em relação a dois ou mais eixos; ademais, os membros dos grupos não precisam usar de reciprocidade uns com os outros, mas podem fazê-lo com os membros correspondentes de um terceiro grupo com o qual mantenham relações análogas. A responsabilidade de um homem de Trobriand é com a família de sua irmã. Nem por isso, contudo, ele próprio é auxiliado pelo marido da irmã, e sim, se for casado, pelo irmão de sua mulher — membro de uma terceira família em posição correspondente.

Aristóteles ensinava que a todo tipo de comunidade [*koinōnia*] correspondia uma espécie de afeição [*philia*] entre os membros, a qual se expressava na reciprocidade [*antipeponthos*]. Isso se aplicava tanto às comunidades mais permanentes, como famílias, tribos ou cidades-estado, quanto às menos permanentes, que podiam estar compreendidas nas primeiras e subordinadas a elas. Em nossos termos, isso implica uma tendência, nas comunidades maiores, para desenvolver uma simetria múltipla, em relação à qual o comportamento de reciprocidade pode desenvolver-se nas comunidades subordinadas. Quanto mais os membros da comunidade maior se sentem atraídos uns pelos outros, mais se generaliza entre eles a tendência a desenvolver atitudes de reciprocidade com respeito a relações específicas, limitadas no espaço, no tempo ou de outras maneiras. O parentesco, a vizinhança ou o totem fazem parte dos grupos mais permanentes e abrangentes; no âmbito deles, as associações voluntárias e semivoluntárias de caráter militar, profissional, religioso ou social criam situações em que, pelo menos transitoriamente, em relação a uma dada localidade ou a uma situação típica, formam-se grupos simétricos cujos membros praticam alguma forma de mutualidade.

A reciprocidade como forma de integração ganha enorme poder por sua capacidade de usar a redistribuição e a troca como métodos

subalternos.[4] A reciprocidade pode ser alcançada mediante um compartilhamento do fardo do trabalho, de acordo com regras definidas de redistribuição, como quando as coisas são feitas "em revezamento". Do mesmo modo, às vezes se chega à reciprocidade mediante a troca de equivalências fixas, em prol do parceiro que porventura esteja carecendo de algum tipo de necessidade básica — uma instituição fundamental nas antigas sociedades orientais. Nas economias que não são de mercado, com efeito, essas duas formas de integração — reciprocidade e redistribuição — costumam ocorrer juntas.

A redistribuição prevalece num grupo na medida em que a alocação de bens seja coletada com uma das mãos e ocorra em virtude do costume, da lei ou de uma decisão central *ad hoc*. Às vezes, corresponde a uma coleta física, acompanhada de armazenagem e redistribuição; noutras ocasiões, a "coleta" não é física, mas meramente apropriativa, ou seja, é o direito de dispor dos bens em sua localização física. A redistribuição ocorre por muitas razões, em todos os níveis de civilização, desde a tribo caçadora primitiva até os vastos sistemas de armazenamento do Egito, Suméria, Babilônia ou Peru antigos. Nos países grandes, as diferenças do solo e do clima podem tornar necessária a redistribuição; esta também pode ser causada por discrepâncias temporais, como entre a colheita e o consumo. Na caça, qualquer outro método de distribuição levaria à desintegração da horda ou do bando, já que, nesse caso, somente a "divisão do trabalho" pode garantir os resultados; a redistribuição do poder aquisitivo pode ser valorizada por ela mesma, isto é, para os propósitos exigidos pelos ideais sociais, como no moderno Estado de bem-estar. O princípio permanece o mesmo — fazer a coleta para um centro e a distribuição a partir dele. A redistribuição também pode se aplicar a grupos menores que a sociedade, como o círculo familiar ou a casa senhorial, inde-

[4] Acrescento o grifo para enfatizar que Polanyi falava com muita clareza ao situar a reciprocidade, a redistribuição e a troca (mercantil) como modos de transação, não como designações de economias inteiras ou de sistemas econômicos. [N.E.]

pendentemente da maneira como a economia em geral se integre. Os exemplos mais conhecidos são o *kraal* centro-africano, a família patriarcal hebraica, o Estado grego da época de Aristóteles, a família romana, a senhoria feudal da Idade Média ou o círculo familiar tipicamente grande do camponês, antes da comercialização geral dos cereais. Porém, somente em uma forma relativamente avançada de sociedade agrícola a administração da economia doméstica é viável, além de bastante geral. Antes disso, a "família nuclear", muito disseminada, não é economicamente instituída, exceto numa parte do preparo dos alimentos; o uso do pasto, da terra ou do gado ainda é dominado por métodos redistributivos e de reciprocidade em escala maior que a da família.

Também a redistribuição é capaz de integrar grupos de todos os níveis e com todos os graus de permanência, desde o próprio Estado até unidades de caráter transitório. Aqui, mais uma vez, tal como se dá com a reciprocidade, quanto mais estreitamente unido é o grupo abrangente, mais variadas serão as subdivisões em que a redistribuição poderá operar. Platão ensinava que o número de cidadãos no Estado devia ser 5.040. Esse número era divisível de 59 maneiras diferentes, incluindo-se a divisão pelos dez primeiros numerais. O filósofo explicava que, para determinar os impostos, formar grupos para transações de negócios e arcar "alternadamente" com ônus militares e outros, ele permitiria o alcance mais amplo.

Para servir como forma de integração, a troca requer o apoio de um sistema de mercados formadores de preços. Assim, convém distinguir três tipos de troca: o movimento meramente locativo de uma "mudança de lugar" entre mãos (troca operacional) e os movimentos apropriativos de troca com uma taxa fixa (troca decisória) ou com uma taxa negociada (troca integradora). Na medida em que se trata da troca com taxa definida, a economia é integrada pelos fatores que determinam essa taxa, não pelo mecanismo de mercado. Os próprios mercados formadores de preços só são integradores quando estão ligados em um sistema que tenda a disse-

minar o efeito dos preços para outros mercados que não os diretamente afetados.

O regateio foi corretamente reconhecido como sendo a essência do comportamento de negociação. Para que a troca seja integradora, o comportamento dos parceiros deve ser orientado para produzir um preço que seja tão favorável a cada um quanto possível. Esse comportamento contrasta nitidamente com o da troca por um preço definido. A ambiguidade do termo "ganho" tende a encobrir essa diferença. A troca com base em preços fixos não envolve nada além do ganho implicado para cada parceiro na decisão de trocar; a troca com preços flutuantes visa a um ganho que só pode ser obtido mediante uma atitude que envolve uma clara relação de antagonismo entre os parceiros. O elemento de antagonismo que acompanha essa variante da troca, por mais que seja diluído, é inerradicável. Nenhuma comunidade firmemente decidida a proteger a fonte de solidariedade entre seus membros pode permitir que se desenvolva uma hostilidade latente em torno de uma questão tão vital para a existência física — e, por conseguinte, capaz de despertar angústias tão desgastantes — quanto é o alimento. Daí a proibição universal de transações de natureza lucrativa com a comida e os gêneros alimentícios na sociedade primitiva e arcaica. A proibição do regateio em torno de alimentos, largamente difundida, retira automaticamente os mercados formadores de preço do campo das instituições primitivas.

Os agrupamentos tradicionais de economias, que se aproximam toscamente de uma classificação segundo as formas dominantes de integração, revelam-se esclarecedores. O que os historiadores costumam chamar de "sistemas econômicos" parece enquadrar-se bastante bem nesse padrão. *O predomínio de uma forma de integração identifica-se aqui com o grau em que ela abarca a terra e o trabalho na sociedade.* A chamada sociedade selvagem caracterizava-se pela integração da terra e do trabalho na economia por meio dos laços de parentesco. Na sociedade feudal, os laços de vassalagem determinavam o destino da terra e do trabalho

que a acompanhava. Nos impérios baseados nas cheias fluviais, a terra era predominantemente distribuída e, às vezes, redistribuída pelo templo ou pelo palácio, assim como o era o trabalho, ao menos em sua forma dependente. *Pode-se observar a ascensão do mercado à condição de força dominante na economia, assinalando a que ponto a terra e o alimento foram mobilizados pelas trocas [mercantis] e o trabalho foi transformado em uma mercadoria a ser livremente comprada no mercado.* Talvez isso ajude a explicar a importância da teoria, historicamente insustentável, dos estágios de escravidão, servidão e trabalho assalariado que é tradicional no marxismo — uma ideia que decorreu da convicção de que o caráter da economia era instituído pelo *status* do trabalho. A integração da terra na economia, entretanto, deve ser encarada como não menos vital.

Seja como for, as formas de integração não representam "estágios" de desenvolvimento. Não há nenhuma sequência temporal implicada. Diversas formas subordinadas podem estar presentes ao lado da forma dominante, a qual, por sua vez, pode repetir-se após um eclipse temporário. As sociedades tribais praticavam a reciprocidade e a redistribuição, enquanto as sociedades arcaicas eram predominantemente redistributivas, ainda que, em certa medida, pudessem dar margem à troca. A reciprocidade, que desempenha um papel dominante em algumas comunidades melanésias, ocorria como um traço não sem importância, mas subalterno, nos impérios arcaicos redistributivos, nos quais o comércio exterior (praticado sob a forma de presentes e contrapresentes) ainda era largamente organizado segundo o princípio da reciprocidade. Com efeito, numa emergência de guerra, ele foi reintroduzido em larga escala no século XX, sob o nome de empréstimo-arrendamento, em sociedades em que, afora isso, as transações de mercado e a troca eram dominantes. A redistribuição, método predominante na sociedade tribal e arcaica, ao lado do qual a troca desempenhava apenas um pequeno papel, assumiu grande importância no fim do Império Romano e, na verdade, vem ganhan-

do terreno em alguns Estados industriais modernos. A União Soviética é um exemplo extremo. Inversamente, em mais de uma ocasião anterior, no decorrer da história humana, os mercados desempenharam um papel na economia, embora nunca em escala territorial nem com uma abrangência institucional comparável à do século XIX. Todavia, também nesse ponto evidencia-se uma mudança. No século XX, com o declínio do padrão-ouro, o papel mundial dos mercados diminuiu em relação a seu pico oitocentista — uma inversão de tendência, aliás, que nos reconduz a nosso ponto de partida, ou seja, à crescente insuficiência de nossas limitadas definições de mercado para efeito de estudo do âmbito econômico pelos cientistas sociais.

Formas de comércio [exterior],[5] usos do dinheiro e elementos de mercado

A influência restritiva da abordagem do mercado na interpretação das instituições de comércio e dinheiro é incisiva: invariavelmente, o mercado aparece como o *locus* da troca, o comércio é a troca real e o dinheiro é o meio de troca. Como o comércio é norteado pelos preços e os preços são uma função do mercado, todo comércio é comércio mercantil, assim como todo dinheiro é moeda de troca. O mercado é a instituição geradora da qual o comércio e o dinheiro são funções.

Tais ideias não são fiéis aos fatos da antropologia e da história. O comércio, assim como alguns usos do dinheiro, é antigo como a humanidade; embora possa ter havido reuniões de caráter econômico já no Neolítico, os mercados só adquiriram importância em época relativamente tardia da história. Segundo todos os depoimentos, os mercados formadores de preços, os únicos constitutivos de um sistema de mercado, inexistiam antes do primeiro milênio da Antiguidade e, mesmo assim, vieram a existir apenas para

[5] Quase invariavelmente, Polanyi usa *trade* [comércio] para se referir ao comércio exterior ou estrangeiro. [N.E.]

ser eclipsados por outras formas de integração. Nem essas grandes realidades, entretanto, puderam ser desvendadas enquanto se considerou que o comércio e o dinheiro limitavam-se à forma de integração via troca, como sua forma especificamente econômica. Os longos períodos da história em que a reciprocidade e a redistribuição integraram a economia, e o âmbito considerável em que, mesmo nos tempos modernos, continuaram a fazê-lo, tudo isso foi posto fora dos limites por uma terminologia restritiva.

Vistos como um sistema de troca, ou, em suma, por um prisma catalático,[6] o comércio, o dinheiro e o mercado compõem um todo indivisível. Seu arcabouço conceitual comum é o mercado. O comércio aparece como um movimento bidirecional de bens pelo mercado, e o dinheiro, como bens quantificáveis usados na troca indireta para facilitar esse movimento. Essa abordagem está fadada a induzir à aceitação mais ou menos tácita do princípio heurístico de que onde há uma evidência de comércio deve-se presumir a presença de mercados, e, quando o dinheiro está em evidência, o comércio e, portanto, os mercados devem ser presumidos. Isso leva a ver mercados onde eles não existem e a ignorar o comércio e o dinheiro quando eles estão presentes, por estarem ausentes os mercados. É fatal que o efeito cumulativo disso seja a criação de um estereótipo das economias de épocas e lugares menos conhecidos, algo assim como uma paisagem postiça que tem pouca ou nenhuma semelhança com o original.

Torna-se oportuna, portanto, uma análise separada do comércio, do dinheiro e dos mercados.

1. Formas de comércio

Do ponto de vista substantivo, o comércio é um método relativamente pacífico de adquirir bens que não se encontram disponíveis *in loco*. É externo ao grupo, semelhante a atividades que estamos

[6] Com "catalático" Polanyi refere-se ao que é pertinente à troca via mercado. Ao longo de todo este ensaio, usei as palavras "mercantil", "economia formal" ou "economia de mercado" para substituir "catalático(a)". [N.E.]

habituados a associar com caçadas, expedições de captura de escravos ou ataques de piratas. Em qualquer dos casos, o objetivo é a aquisição e o transporte de bens de um local distante. O que distingue o comércio e a busca de animais de caça, butins, saques, madeiras raras ou animais exóticos é o caráter bidirecional do movimento, que também garante sua natureza geralmente pacífica e bastante regular.

Do ponto de vista do mercado, [todo] comércio é a movimentação de bens que passam pelo mercado. Todas as mercadorias — bens produzidos para venda — são objetos potenciais de comércio; umas se deslocam numa direção, outras na direção oposta; o movimento é controlado pelos preços: o comércio e o mercado são coextensivos. Todo comércio é comércio mercantil.

Além disso, tal como a caça, as incursões ou as expedições em condições nativas, o comércio [externo] menos constitui uma atividade individual que grupal, muito semelhante, nesse aspecto, à organização da corte e do acasalamento, que muitas vezes concerne à aquisição de esposas de locais distantes por meios mais ou menos pacíficos. Assim, o comércio centraliza-se no encontro de comunidades diferentes, sendo um de seus propósitos a troca de bens. Esses encontros não produzem, como os mercados formadores de preços, proporções de troca, mas, ao contrário, pressupõem essas proporções. Nem a pessoa do comerciante individual nem motivações de ganho individual estão envolvidas. Quer um chefe ou rei aja em nome da comunidade, depois de recolher os bens "de exportação" de seus membros, quer o grupo se encontre fisicamente com seus equivalentes na praia para efetuar trocas, o procedimento, em ambos os casos, é essencialmente coletivo. A troca entre "parceiros comerciais" é frequente, mas também é frequente a parceria, é claro, na corte e no acasalamento. As atividades individuais e coletivas se entrelaçam.

A ênfase na "aquisição de bens de locais distantes", como elemento constitutivo do comércio, deve ressaltar o papel dominante exercido pelo interesse nas importações, na história inicial do co-

mércio. No século XIX, preponderava o interesse pelas exportações — um fenômeno típico de mercado.

Visto que uma coisa tem que ser carregada por uma determinada distância e em duas direções opostas, o comércio, por natureza, tem alguns componentes, como pessoal, bens, transporte e bilateralidade, que podem ser individualmente decompostos segundo critérios significativos em termos sociológicos ou tecnológicos. Ao examinar esses quatro fatores, podemos ter esperança de aprender algo sobre o lugar mutável do comércio na sociedade.

Primeiro, as pessoas engajadas no intercâmbio.

A "aquisição de bens de locais distantes" pode ser praticada por motivos ligados à posição do comerciante na sociedade, os quais, em geral, abarcam elementos de dever ou de serviço público (motivação de *status*), ou pode ser efetuada em prol do ganho material que ele aufere, pessoalmente, com a transação de compra e venda em questão (motivação de lucro).

Apesar das muitas combinações possíveis desses incentivos, a honra e o dever, de um lado, e o lucro, de outro, destacam-se como motivações primárias nitidamente distintas. Quando a "motivação de *status*" é reforçada por benefícios materiais, como frequentemente acontece, estes últimos não costumam assumir a forma de ganhos obtidos com a troca, mas de bens preciosos ou dotes de rendas fundiárias legados ao mercador pelo rei, pelo templo ou pelo senhor feudal, à guisa de recompensa. Nessas condições, os ganhos obtidos com a troca não costumam corresponder a mais do que somas insignificantes, sem comparação com a riqueza conferida ao mercador por seu amo, quando o primeiro é engenhoso e bem-sucedido em suas empreitadas comerciais. Assim, aquele que comercia por dever e honra enriquece, enquanto o que o faz pelo reles lucro permanece pobre — mais uma razão pela qual as motivações de lucro são vistas com maus olhos na sociedade arcaica.

Outra maneira de abordar a questão do pessoal é pelo ângulo do padrão de vida considerado apropriado à posição dessas pessoas pela comunidade a que pertencem.

Em geral, a sociedade arcaica como um todo não conhece outro modelo de comerciante senão aquele que pertence ao topo ou à base da escala social. O primeiro está ligado à autoridade e ao governo, como é exigido pelas condições políticas e militares do comércio, o outro depende do rude trabalho de transporte para ganhar a vida. Esse é um fato de grande importância para compreendermos a organização do comércio na Antiguidade. Não podia haver comerciante de classe média, pelo menos entre os cidadãos. Afora o Extremo Oriente, que devemos desconsiderar aqui, existem registros de apenas três exemplos significativos de uma ampla classe média comercial em tempos pré-modernos: o mercador helênico, basicamente descendente de metecos [estrangeiros residentes], nas cidades-estado do leste do Mediterrâneo; o ubíquo mercador islâmico, que enxertou as tradições marítimas helênicas nos costumes do bazar; por fim, os descendentes do que Pirenne chamou de "escória flutuante" da Europa Ocidental, uma espécie de metecos continentais do segundo terço da Idade Média. A classe média da Grécia clássica, preconizada por Aristóteles, era uma classe fundiária que nada tinha de comercial.

Uma terceira forma de abordagem é mais rigorosamente histórica. Os tipos de mercadores da Antiguidade eram o *tamkarum*, o meteco (residente estrangeiro) e o "estrangeiro".

O *tamkarum* dominou o cenário mesopotâmico desde os primórdios da Suméria até a ascensão do islamismo, ou seja, durante cerca de 3 mil anos. Egito, Índia, Palestina, a Mesoamérica anterior à conquista e a África ocidental nativa não conheceram outro tipo de comerciante. O *meteco* tornou-se historicamente visível, pela primeira vez, em Atenas e em algumas outras cidades gregas, como um mercador de classe baixa, e ascendeu com o helenismo até se tornar o protótipo de uma classe média comercial levantina ou de língua grega, desde o vale do Indo até as Colunas de Hércules. O *estrangeiro*, é claro, está em toda parte. Exerce o comércio com tripulações estrangeiras em navios estrangeiros; não "per-

tence" à comunidade nem goza da semicondição de residente estrangeiro; integra uma comunidade inteiramente diversa.

Uma quarta distinção é antropológica. Ela fornece a chave para a figura peculiar do mercador estrangeiro. Embora o número de "povos mercantis" a que pertenciam esses "estrangeiros" fosse comparativamente pequeno, eles respondiam pela instituição amplamente difundida do "comércio passivo". Em conjunto, os povos mercantis também diferiam em um aspecto importante: os povos mercantis propriamente ditos, como podemos chamá-los, dependiam exclusivamente do comércio para subsistir, direta ou indiretamente; toda a população se dedicava a essa atividade, como acontecia com os fenícios, os rodienses, os habitantes de Gades (a moderna Cádiz) ou, em alguns períodos, os armênios e os judeus; quanto aos outros — o grupo mais numeroso —, o comércio era apenas *uma* das ocupações a que se dedicava, de tempos em tempos, uma parte considerável da população, viajando pelo exterior, às vezes com a família, por períodos mais curtos ou mais longos. Os hauçás e os mandingas, no Sudão ocidental, são bons exemplos. Estes últimos também eram conhecidos como dualas, mas apenas quando comerciavam no exterior. Antes disso, eram tidos como um povo separado por aqueles a quem visitavam ao comerciar.

Ademais, a organização do comércio nos tempos primitivos devia diferir conforme os bens transportados, a distância a ser coberta, os obstáculos a serem superados pelos transportadores e as condições políticas e ecológicas da empreitada. Por esta razão, se não por outras, todo comércio era, originalmente, específico [isto é, feito em expedições para adquirir artigos específicos]. Os bens e seu transporte faziam com que fosse assim. Nessas condições, não podia haver algo como comércio "em geral".

A menos que se dê todo o peso a esse fato, é impossível compreender o desenvolvimento inicial das instituições de comércio. A decisão de adquirir certos tipos de bens de uma dada distância

e um determinado local de origem era tomada em circunstâncias diferentes daquelas em que outros tipos de bens tinham que ser adquiridos de outro lugar. As empreitadas comerciais eram uma atividade descontínua. Restringiam-se a tarefas concretas, executadas uma a uma e que não tendiam a se desenvolver em iniciativas permanentes. A *societas* romana, tal como a *commenda* posterior, era uma parceria comercial limitada a uma empreitada. Somente a *societas publicanorum*, destinada à contratação e à coleta de impostos, era organizada como empresa — a única exceção de peso. Não se conheceram sociedades comerciais permanentes antes dos tempos modernos.

A especificidade do comércio foi favorecida, no curso natural das coisas, pela necessidade de adquirir os bens importados com bens exportados. É que, em condições outras que não as de mercado, importações e exportações tendem a se incluir em regimes diferentes. O processo pelo qual os bens são coletados para exportação é predominantemente separado e relativamente independente do processo pelo qual os bens importados são redistribuídos. O primeiro pode ser uma questão de tributação, taxação ou doações feudais, ou seja qual for a designação sob a qual os bens fluem para o centro, ao passo que as importações podem escoar, repartidas, por linhas diferentes. A "*seisachtheia*" de Hamurábi parece ter aberto uma exceção para os bens *simu*, que talvez tenham sido, em alguns momentos, importações transferidas pelo rei, através do *tamkarum*, a arrendatários que quisessem trocá-las por seus produtos agrícolas. Parte do comércio a longa distância dos *pochteca* anteriores à conquista, entre os astecas da Mesoamérica, parece ter tido características similares.

O que a natureza distingue o mercado homogeneíza. Até a diferença entre os bens e seu transporte pode ser obliterada, já que, no mercado, ambos podem ser comprados e vendidos — uns no mercado de mercadorias, outro no de frete e seguros. Em qualquer dos casos, existem oferta e procura, e os preços são formados da

mesma maneira. O transporte e as mercadorias, esses componentes do comércio, adquirem um denominador comum em termos de custo. Assim, a preocupação com o mercado e sua homogeneidade artificial compõe uma boa teoria econômica, mas não uma boa história da economia. No fim das contas, descobrimos que também as rotas comerciais, assim como os meios de transporte, podem ter uma importância não menos marcante para as formas institucionais de comércio que os tipos de bens transportados. Em todos esses casos, as condições geográficas e tecnológicas misturam-se com a estrutura social.

De acordo com a lógica da bilateralidade, deparamos com três tipos principais de comércio: a troca de presentes, o comércio administrado e o comércio mercantil.

A troca ou comércio de presentes liga os parceiros em relações de reciprocidade, como acontece na hospitalidade com os convidados, entre os parceiros do circuito *kula* e com outros grupos visitantes. Durante milênios, o comércio entre impérios foi efetuado como uma troca de presentes — nenhuma outra lógica de bilateralidade atenderia igualmente bem às necessidades da situação. Nesse caso, a organização do comércio costuma ser cerimoniosa, envolvendo apresentações mútuas, missões diplomáticas ou negociações políticas entre chefes ou reis. Os bens são valores preciosos de tesouro, objetos de circulação na elite; no caso limítrofe de grupos visitantes, eles podem ter um caráter mais "democrático". Mas os contatos são tênues e as trocas são poucas e espaçadas.

O comércio administrado tem uma base sólida nas relações de tratados, que são mais ou menos formais. Visto que, em ambos os lados, o interesse pela importação costuma ser determinante, a troca ocorre por canais controlados pelo governo. O comércio de exportação é geralmente organizado de forma similar. Em consequência disso, todo o comércio se realiza por métodos administrativos. Isso se estende à maneira como os negócios são transacionados, inclusive aos arranjos referentes às "taxas" ou proporções das

unidades trocadas, às instalações portuárias, à pesagem, à verificação da qualidade, à troca física dos bens, ao armazenamento, à guarda, ao controle do pessoal envolvido, à regulamentação dos "pagamentos", aos créditos e aos diferenciais de preços. Naturalmente, alguns desses aspectos seriam vinculados à coleta dos bens de exportação e à repartição dos importados, ambas próprias da esfera redistributiva da economia interna. Os bens mutuamente importados são padronizados em relação à qualidade e à embalagem, ao peso e a outros critérios fáceis de averiguar. Somente esses "bens comerciais" podem ser trocados. As equivalências são instituídas em relações unitárias simples; em princípio, o comércio é de um para um.

O regateio não faz parte dos procedimentos; as equivalências são instituídas de uma vez por todas. Mas, visto que, para lidar com circunstâncias mutáveis, é impossível evitar alguns ajustes, o regateio é praticado apenas em relação a *outros pontos que não o preço*, como as medidas, a qualidade ou os meios de pagamento. Pode haver discussões intermináveis sobre a qualidade dos gêneros alimentícios, a capacidade e o peso das unidades empregadas ou as proporções das moedas, quando se usam ao mesmo tempo moedas diferentes. Muitas vezes, até os "lucros" são "barganhados". A lógica desse procedimento, naturalmente, é manter os preços inalterados; quando tem de haver uma adaptação a situações efetivas de suprimento, como numa emergência, isso é formulado em termos de comércio de dois para um ou de dois e meio para um, ou, como diríamos, com um lucro de 100% ou 150%. Esse método de regatear os lucros, mantendo os preços estáveis, que talvez tenha sido bastante geral na sociedade arcaica, é bem autenticado na região central do Sudão até o fim do século XIX.

O comércio administrado pressupõe órgãos comerciais relativamente permanentes, como governos ou, pelo menos, companhias licenciadas por eles. O entendimento com os nativos pode ser tácito, como no caso das relações tradicionais ou costumeiras. Entre

órgãos soberanos, porém, o comércio pressupõe tratados formais, mesmo nos tempos antigos do segundo milênio antes de Cristo.

Uma vez estabelecidas numa região, sob a proteção solene dos deuses, as formas administrativas de comércio podem ser praticadas sem tratados prévios. A instituição principal, como hoje começamos a perceber, é o porto comercial, nome que damos aqui a essa sede de todo o comércio exterior administrado. O porto comercial oferece segurança militar ao poder situado em terra; proteção civil aos mercadores estrangeiros; instalações de ancoragem, desembarque e armazenamento; o benefício de autoridades judiciais; concordância quanto aos bens a serem trocados; acordo quanto às "proporções" dos diferentes bens comerciais nos pacotes mistos ou "seleções".[7]

As trocas mercantis são a terceira forma típica de comércio. Nesse caso, a troca é a forma de integração que relaciona os parceiros entre si. Essa variante comparativamente moderna do comércio liberou uma enxurrada de riquezas materiais na Europa Ocidental e na América do Norte. Embora se encontre em recessão no momento, ela ainda é, de longe, a mais importante. A gama de bens comerciáveis — as mercadorias — é praticamente ilimitada, e a organização do comércio mercantil segue as linhas traçadas pelo mecanismo de oferta-procura-preço. O mecanismo de mercado mostra seu imenso leque de aplicações por ser adaptável ao manejo não apenas dos bens, mas de todos os elementos do comércio em si — armazenagem, transporte, risco, crédito, pagamentos etc. —, com a formação de mercados especiais de frete, seguros, crédito de curto prazo, capital, espaço em armazéns, facilidades bancárias e assim por diante.

O principal interesse do historiador econômico de hoje volta-se para estas perguntas: quando e como o comércio [exterior]

[7] Sobre "portos de comércio", "seleções" e outras características do comércio administrado, ver os ensaios 9, 10 e 11 de *Primitive, Archaic and Modern Economies*. Ver também Rosemary Arnold, "A Port of Trade: Whydah on the Guinea Coast", em *Trade and Market in the Early Empires*. [N.E.]

ligou-se aos mercados? Em que época e lugar encontramos o resultado geral conhecido como comércio mercantil?

A rigor, essas perguntas ficam impedidas sob o domínio da lógica da economia de mercado, que tende a fundir comércio e mercado de maneira inseparável.

2. Usos do dinheiro

A definição de dinheiro na economia de mercado é a de meio de troca indireto. O dinheiro moderno é usado nos pagamentos e como "padrão" exatamente por ser um meio de troca [comercial]. Por isso nosso dinheiro existe "para todos os fins". Os outros usos são variantes sem importância de seu uso como moeda de troca, e todos os usos do dinheiro dependem da existência de mercados.

A definição substantiva do dinheiro, como a do comércio, independe dos mercados. Decorre dos usos definidos que são dados a objetos quantificáveis. Esses usos são o pagamento, o padrão e a troca. Por isso aqui definimos o dinheiro como os objetos quantificáveis empregados em um ou em vários desses usos. A questão é se é possível fornecer definições independentes desses usos.

As definições dos diversos usos do dinheiro abrangem dois critérios: a situação sociologicamente definida em que surge o uso e a operação efetuada com os objetos monetários nessa situação.

O pagamento é o cumprimento de obrigações em que os objetos quantificáveis mudam de mãos. Essa situação refere-se aqui não apenas a um tipo de obrigação, mas a vários, já que somente quando um objeto é usado para cumprir mais de uma obrigação podemos denominá-lo "meio de pagamento", no sentido distintivo do termo (caso contrário, só a obrigação a ser cumprida em espécie é cumprida dessa maneira).

O uso do dinheiro como meio de pagamento faz parte de seus usos mais comuns em épocas antigas. As obrigações, nesse caso, não provêm comumente de transações [econômicas]. Na sociedade primitiva não estratificada, fazem-se pagamentos regulares ligados às instituições do preço da noiva, do preço do sangue e das

multas.[8] Na sociedade arcaica, esses pagamentos continuam, mas são ofuscados por compromissos, impostos, rendas e tributos costumeiros, que dão origem a pagamentos em larguíssima escala.

O uso do dinheiro como padrão ou unidade de conta é a equiparação dos valores de tipos diferentes de bens para fins definidos. A "situação" pode ser o escambo ou a armazenagem e o manejo de gêneros essenciais; a "operação" consiste em atribuir etiquetas numéricas aos vários objetos para facilitar sua manipulação. Assim, no caso do escambo, a soma dos objetos de ambos os lados pode vir a ser equiparada; no caso da gestão de gêneros essenciais, obtém-se a possibilidade de planejar, equilibrar, orçar e fazer a contabilidade geral.

O uso do dinheiro como padrão é essencial para a flexibilidade de um sistema redistributivo. É vital equiparar gêneros essenciais, como cevada, azeite e lã, sobre os quais é preciso pagar impostos ou rendas, ou dos quais, alternativamente, podem-se reivindicar rações ou salários. Tal operação assegura a possibilidade de escolha entre os diferentes gêneros, por parte de quem paga e de quem reivindica. Ao mesmo tempo, cria-se a precondição das finanças "em espécie" em larga escala, o que pressupõe a ideia de reservas e balanços, ou, em outras palavras, a possibilidade de intercâmbio dos gêneros essenciais.

O uso do dinheiro como moeda de troca surge da necessidade de haver objetos quantificáveis nas trocas indiretas. A "operação" consiste em adquirir unidades desses objetos pela troca direta, a fim de adquirir os objetos desejados por meio de outro ato de troca. Às vezes, os objetos monetários encontram-se disponíveis desde o começo e a troca dupla destina-se meramente a obter uma quantidade maior dos mesmos objetos. Tal uso de objetos quantificáveis não se desenvolve a partir de atos aleatórios de escambo — uma fantasia predileta do racionalismo setecentista —, mas em

[8] Ver também George Dalton, "Primitive Money", *American Anthropologist*, fevereiro de 1965. [N.E.]

conexão com o comércio organizado, especialmente em mercados. Na ausência de mercados, o uso do dinheiro como meio de troca não passa de um traço cultural subalterno. A surpreendente relutância dos grandes povos mercadores da Antiguidade, como os de Tiro e Cartago, em adotar moedas — essa nova forma do dinheiro que era eminentemente adequada às trocas — talvez se tenha devido ao fato de que os portos de comércio dos impérios mercantis não eram organizados como mercados, mas como "portos de intercâmbio".

Convém assinalar duas extensões do significado do dinheiro. Uma estende a definição do dinheiro a outros objetos que não os físicos, ou seja, a unidades ideais [ou de conta]; a outra abrange, ao lado dos três usos convencionais do dinheiro, também o uso de objetos monetários como recursos operacionais.

As unidades ideais são meras verbalizações ou símbolos escritos, usados como se fossem unidades quantificáveis, principalmente para pagamento ou como padrão. A "operação" consiste em manipular contas devedoras de acordo com as regras do jogo. Tais contas são realidades comuns da vida primitiva, e não, como muitas vezes se acreditou, peculiares às economias monetizadas. As mais antigas economias dos templos da Mesopotâmia, assim como os primeiros mercadores assírios, compensavam as contas sem a intervenção de objetos monetários.

No outro extremo, pareceria aconselhável não omitir a menção aos dispositivos operacionais entre os usos do dinheiro, por mais excepcionais que eles fossem. Vez por outra, na sociedade arcaica usavam-se objetos quantificáveis para fins aritméticos, estatísticos, tributários e administrativos, ou outros fins não monetários ligados à vida econômica. Na Uidá do século XVIII, o dinheiro em forma de conchas de cauri era usado para objetivos estatísticos, e as vagens de feijão *damba*, nunca usadas como dinheiro, eram inteligentemente usadas como um recurso contábil.[9]

[9] Outros exemplos de "dispositivos operacionais" usados no recenseamento, na mensu-

O dinheiro primitivo, como vimos, é dinheiro para fins específicos. Diferentes tipos de objetos são empregados em seus diferentes usos; além disso, os usos são instituídos independentemente uns dos outros. As implicações são as de maior alcance possível. Por exemplo, não há contradição em fazer "pagamentos" com um meio com o qual não se pode fazer compras, nem em empregar como "padrão" objetos que não são usados como meios de troca. Na Babilônia de Hamurábi, o meio de pagamento era a cevada e o padrão universal era a prata; nas trocas, que existiam em pequeníssimo número, ambas eram usadas, ao lado de azeite, lã e outros gêneros essenciais. Evidencia-se assim por que os usos do dinheiro — como as atividades comerciais — podem atingir um nível quase ilimitado de desenvolvimento, não apenas fora de economias dominadas por mercados, mas também na própria ausência de mercados.

3. Elementos de mercado

Agora, o próprio mercado. Do ponto de vista da economia formal, o mercado é o *locus* da troca; mercado e troca são coextensivos, e a vida econômica é redutível a atos de troca que estão todos encarnados nos mercados. Por isso a troca é descrita como *a* relação econômica, enquanto o mercado é *a* instituição econômica. A definição do mercado deriva, logicamente, da premissa subjacente de que toda "troca" pode ser vista como troca mercantil.

Mercado e troca têm características empíricas independentes. Qual é então, aqui, o sentido de troca e mercado? Até que ponto eles estão necessariamente ligados?

A troca, definida substantivamente, é o movimento de apropriação mútua de bens entre agentes. Tal movimento, como vimos, pode ocorrer com proporções ou taxas fixas, ou então com taxas negociadas. Somente estas últimas resultam do regateio entre os parceiros.

---

ração e na contabilidade são os quipos utilizados pelos incas e as pedrinhas empregadas na enumeração estatística no Daomé do século XVIII. [N.E.]

Sempre que há uma troca, há uma taxa. Isso se mantém, quer a taxa seja barganhada, quer seja fixa. Convém notar que a troca por preços barganhados é idêntica à troca catalática, ou "troca como forma de integração". Apenas esse tipo de troca limita-se, tipicamente, a uma forma definida de instituição de mercado, os mercados formadores de preços.

As instituições de mercado serão definidas como instituições que abrangem grupos de oferta ou grupos de procura, ou ambos. Por sua vez, os grupos de oferta e de procura serão definidos como uma multiplicidade de agentes desejosos de adquirir, ou, alternativamente, de se desfazer de bens numa troca. Assim, embora as instituições de mercado sejam instituições de troca, o mercado e a troca *não são* coextensivos. A troca com taxas fixas ocorre nas formas de integração por reciprocidade ou redistribuição; a troca com taxas negociadas, como dissemos, limita-se aos mercados formadores de preços. Talvez pareça paradoxal que a troca com taxas fixas seja compatível com qualquer forma de integração, exceto a da troca [mercantil]; no entanto, isso é uma decorrência lógica, pois só a troca negociada representa uma troca no sentido catalático do termo, no qual ela é uma forma de integração.[10]

A melhor maneira de se abordar o mundo das instituições de mercado parece ser em termos dos "elementos do mercado". Isso acabará não apenas por servir de guia na variedade de configurações incluídas na denominação de mercados e instituições de tipo mercantil, mas também de ferramenta para dissecarmos alguns conceitos convencionais que atrapalham nossa compreensão dessas instituições.

Dois elementos do mercado devem ser considerados específicos, a saber, os grupos ofertantes e os grupos demandantes; havendo um deles presente, falaremos de instituição de mercado

---

[10] Quanto à distinção entre a pequena troca de mercado e o papel integrador das transações e preços de mercado em economias nacionais como a dos Estados Unidos, ver Paul Bohannan e George Dalton, "Introduction", em *Markets in Africa*. Nova York: Natural History Press, 1965. [N.E.]

(se ambos estiverem presentes, daremos a isso o nome de mercado; se houver apenas um, o de instituição de tipo mercantil). Pela ordem de importância, o elemento seguinte é a equivalência, ou seja, a proporção da troca; conforme o caráter da equivalência, os mercados serão de preço fixo ou formadores de preço.

A concorrência é outra característica de algumas instituições mercantis, como os mercados formadores de preços e os leilões, mas, em contraste com as equivalências, a concorrência econômica restringe-se aos mercados. Por fim, há elementos que podem ser denominados funcionais. Eles ocorrem regularmente separados das instituições de mercado, mas, quando aparecem ao lado dos grupos ofertantes ou dos grupos demandantes, moldam essas instituições de uma forma que pode ser de enorme relevância prática. Entre esses elementos funcionais encontram-se a localização física, os bens presentes, os costumes e a lei.

Essa diversidade das instituições de mercado foi obscurecida, nos últimos tempos, em nome do conceito formal de mecanismo de oferta-procura-preço. Não é de admirar que seja com respeito a esses termos axiais — oferta, procura e preço — que a abordagem substantiva leva a um alargamento significativo da nossa visão.

Os grupos ofertantes e demandantes foram mencionados acima como elementos de mercado separados e distintos. No que concerne ao mercado moderno, isso seria inadmissível, é claro; há nele um nível de preço em que o mercado em baixa vira mercado em alta, e outro em que esse milagre se inverte, o que induziu muita gente a deixar escapar o fato de que compradores e vendedores são separados em todos os outros tipos de mercado que não o moderno. Isso deu respaldo a um duplo equívoco. Primeiro, "oferta e procura" apareceram como forças elementares combinadas, quando, na verdade, cada uma consistia em dois componentes muito distintos, ou seja, uma quantidade de *bens*, por um lado, e um número de *pessoas*, relacionadas como compradores e vendedores desses bens, por outro. Segundo, "oferta e procura" pare-

ceram inseparáveis como gêmeos siameses, quando, a rigor, formam grupos diferentes de pessoas, conforme disponham dos bens como recursos ou os procurem como necessidades. Portanto, os grupos ofertantes e demandantes não precisam estar presentes juntos. Por exemplo, quando o butim é leiloado pelo general vitorioso e arrematado pelo lance mais alto, apenas um grupo demandante se evidencia; similarmente, encontra-se apenas um grupo ofertante quando se outorgam contratos a quem apresenta a proposta de preço mais baixo. No entanto, os leilões e licitações eram difundidos na sociedade arcaica; na antiga Grécia, os leilões figuraram entre os precursores dos mercados propriamente ditos. Esse caráter distinto dos grupos ofertantes e demandantes moldou a organização de todas as instituições pré-modernas de mercado.

Quanto ao elemento de mercado comumente chamado "preço", ele foi incluído aqui na categoria das equivalências. O uso desse termo geral deve ajudar a evitar mal-entendidos. Preço sugere flutuação, associação que falta ao termo "equivalência". As próprias expressões "preço definido" ou "preço fixo" sugerem que, antes de ser fixado ou definido, o preço tendia a mudar. Assim, a própria língua dificulta a transmissão da situação verdadeira, ou seja, a de que o preço é, originalmente, uma quantidade rigidamente fixada, na ausência da qual o comércio não pode começar. Os preços mutáveis ou flutuantes, de caráter competitivo, são um fenômeno relativamente recente, e seu surgimento constitui um dos principais interesses da história econômica da Antiguidade. Tradicionalmente, presumia-se que a sequência tivesse sido o inverso: o preço era concebido como o resultado do comércio e da troca, não como sua precondição.

Preço é a designação de proporções quantitativas entre bens de espécies diferentes, feita pelo escambo ou o regateio. Essa é a forma de equivalência característica das economias integradas pela troca. Mas as equivalências de modo nenhum se restringem às relações de troca. Elas também são comuns numa forma redistributiva de integração. Designam a relação quantitativa entre bens

de diferentes tipos que são aceitáveis para pagar impostos, rendas, obrigações e multas, ou que denotam qualificações em um recenseamento de propriedades. Além disso, a equivalência pode estabelecer a proporção em que é possível reivindicar salários ou rações, à escolha do beneficiário. A elasticidade de um sistema de finanças em gêneros essenciais — planejar, equilibrar, contabilizar — depende desse dispositivo. Nesse caso, a equivalência denota não o que deve ser dado *por* outro bem, mas o que pode ser pleiteado *em vez* dele. Nas formas de integração por reciprocidade, por outro lado, as equivalências determinam a quantidade "adequada" em relação à parte que se encontra em situação simétrica. Esse contexto comportamental é claramente diferente da troca direta ou da redistribuição.

Os sistemas de preços, ao se desenvolverem ao longo do tempo, podem conter camadas de equivalências que se originaram, historicamente, em formas diferentes de integração. Os preços de mercado helênicos dão amplos indícios de terem nascido de equivalências redistributivas das civilizações cuneiformes que os precederam. As trinta moedas de prata recebidas por Judas como preço de um homem, por sua traição a Jesus, eram uma variante próxima da equivalência de um escravo, tal como estipulada no Código de Hamurábi, uns 1.700 anos antes. As equivalências redistributivas soviéticas, por outro lado, ecoaram por muito tempo os preços do mercado mundial no século XIX. Também estes, por sua vez, tiveram seus predecessores. Max Weber comentou que, por falta de uma base de custos, o capitalismo ocidental não teria sido possível não fosse a rede medieval de preços estatuídos e regulados, rendas costumeiras etc. — uma herança da guilda e do senhorio feudal. Assim, os sistemas de preços podem ter histórias institucionais próprias em termos dos tipos de equivalências que entraram em sua constituição.

É com a ajuda desse tipo de conceitos não cataláticos de comércio, dinheiro e mercados que alguns problemas fundamentais da história econômica e social, como a origem dos preços flutuan-

tes e o desenvolvimento do comércio mercantil, podem ser mais bem abordados e, esperamos, enfim resolvidos.

Concluindo: um levantamento crítico das definições de comércio, dinheiro e mercado deve contar com diversos conceitos que compõem a matéria-prima das ciências sociais em seu aspecto econômico. A relevância desse reconhecimento para as questões de teoria, política e perspectiva deve ser vista à luz da transformação institucional gradativa que vem ocorrendo desde a Primeira Guerra Mundial. Mesmo em relação ao sistema de mercado em si, o mercado como quadro de referência único está meio ultrapassado. No entanto, como se deve perceber com mais clareza do que se fez em algumas ocasiões passadas, o mercado não pode ser suplantado como quadro de referência geral a menos que as ciências sociais consigam desenvolver um quadro mais amplo ao qual o próprio mercado possa ser referido. É essa, aliás, a nossa principal tarefa intelectual da atualidade no campo dos estudos econômicos. Como tentamos mostrar, essa estrutura conceitual terá que se fundamentar no significado substantivo do econômico.